

Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão 525 kV, com extensão aproximada de 120 km, segundo circuito, com origem na Subestação Ivaiporã e término na Subestação Londrina, ambas localizadas no Estado do Paraná, pelas respectivas entradas de linha e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

3 Base de preparação e apresentação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

As presentes demonstrações foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de janeiro de 2014.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PME (R1), conjugadas com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Na elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) são utilizadas algumas estimativas contábeis críticas e julgamentos por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Quando exigido um maior nível de julgamento ou maior complexidade, ou quando as estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estas serão divulgadas em notas explicativas. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

4 Sumário das principais práticas contábeis

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representadas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro.

4.2 Transações em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do período são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

4.3 Ativos financeiros

(a) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes ou passivos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(c) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem saldos a receber e a pagar com partes relacionadas, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(d) Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por impairment desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

4.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos relevantes.

4.5 Contas a receber - concessionárias e permissionárias

Engloba as contas a receber por transmissão de energia faturada, acrescidas das variações monetárias, quando contratadas.

4.6 Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de transmissão de energia elétrica. Os contratos de concessão foram reconhecidos conforme requerimentos da ICPC 01 e OCPC 05. Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo financeiro este direito de cobrar os usuários durante período de concessão, sendo o valor realizado conforme divulgado no item (i). Adicionalmente, a Companhia possui em seus contratos, um direito incondicional de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ao poder concedente. Nestes casos, a Companhia reconheceu outro ativo financeiro, descontado a valor presente, considerando a melhor estimativa de recebimento ao final da concessão.

Maiores informações sobre os contratos de concessão estão incluídos na nota 2.

(i) Dos usuários

A Companhia reconhece como um recebível o direito de cobrar os usuários pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 - Contratos de Concessão. O recebível é determinado como o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 4.14, e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, reconhecido conforme descrito abaixo. O recebível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do recebível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Estas contas a receber são classificadas entre circulante e não circulante considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões. Engloba o contas a receber por transmissão de energia faturada, acrescido das variações monetárias, quando contratadas.

(ii) Poder concedente - indenização

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (União) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencente à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente.

4.7 Outros ativos circulantes e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

4.8 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

4.9 Contas a pagar circulantes e não circulantes

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

4.10 Imposto de renda e contribuição social

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base na receita presumida do período ("lucro presumido").

4.11 Plano de contas

A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, e alterações posteriores, exceto quanto às disposições que conflitam com as normas contábeis estabelecidas nos Pronunciamentos Contábeis aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

4.12 Taxas regulamentares

Trata-se de encargos do setor elétrico brasileiro, pagos mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, exceto os projetos de pesquisa e desenvolvimento, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.

4.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

4.14 Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(a) Receita de operação e manutenção (O & M)

A receita de operação e manutenção compreende a parcela da receita que cobre os custos da empresa com a operação e manutenção, necessários à continuidade de suas atividades. Estão incluídos os encargos sobre a receita, pis e cofins, custos de pessoal, material, serviços e outros, incluindo os gastos administrativos.

(b) Contratos de construção

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

(c) Receita com ativo financeiro

A receita financeira, decorrente do ativo financeiro, é reconhecida na medida em que o ativo financeiro amortizável registrado no ativo circulante e não circulante é realizado, conforme prazo da concessão estipulado em contrato. O cálculo desta receita é baseado na taxa interna de retorno calculada internamente, conforme premissas definidas pela administração.

Uma pequena parte desta receita é referente à construção, sendo registrada em contrapartida ao custo de construção, que são os investimentos feitos neste ativo financeiro. A receita é igual ao custo devido à decisão da empresa por trabalhar com margem de lucro de construção "zero".

4.15 Gestão de risco financeiro

(a) Fatores de risco financeiro

(i) Risco de crédito

A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica, com cláusula de garantia bancária.

(ii) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em aplicações financeiras. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa, não descontados, dos desembolsos relevantes contratados.

Empréstimos e financiamentos (R\$ Mil)	Saldo devedor total em 31/12/2013	Entre 1 e 2 anos		Entre 2 e 5 anos		Acima de 5 anos a partir de 01/01/2019
		Menos de 1 ano	01/01/2015	01/01/2016	31/12/2018	
Moeda Nacional (TJLP)						
Financiamento	23.995	4.631	4.631	13.877	1.153	
Moeda Nacional (TJLP)						
Encargos s/ financiamento	427	2.256	1.785	2.533	20	
Moeda Estrangeira (Cesta)						
Financiamento	6.055	1.152	1.141	3.593	236	
Moeda Estrangeira (Cesta)						
Encargos s/financiamento	73	452	352	511	3	
	<u>30.550</u>	<u>8.491</u>	<u>7.909</u>	<u>50.514</u>	<u>1.412</u>	

(iii) Risco de taxa de juros

A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP e cesta de moedas (Nota 11). O saldo devedor dos financiamentos obtidos pela companhia sofre incidência de juros à taxa efetiva de 4,5% ao ano, calculados por dias corridos, exigidos mensalmente.

(iv) Risco de câmbio

A Companhia não possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, possui parte do valor do financiamento atualizado por uma cesta de moedas (Nota 11). Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas.

(v) Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros do Grupo por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Em 31 de dezembro de 2013		Em 31 de dezembro de 2012	
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa		2.735		2.735
Concessionárias e permissionárias		2.461		2.461
Ativo financeiro amortizável pela RAP		63.386		63.386
Ativo financeiro indenizável		22.528		22.528
Fundos vinculados	2.858		2.858	
	<u>2.858</u>	<u>91.110</u>	<u>93.968</u>	
Outros passivos financeiros				
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos		30.550		30.550
Fornecedores		15		15
Partes relacionadas		4.685		4.685
Outros passivos		426		426
		<u>35.676</u>		<u>35.676</u>
		<u>30.550</u>		<u>30.550</u>
Ativos ao valor justo por meio do resultado				
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa		4.264		4.264
Concessionárias e permissionárias		2.508		2.508
Ativo financeiro amortizável pela RAP		66.651		66.651
Ativo financeiro indenizável		22.525		22.525
Fundos vinculados	3.074		3.074	
	<u>3.074</u>	<u>95.948</u>	<u>99.022</u>	
Outros passivos financeiros				
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos		35.621		35.621
Fornecedores		13		13
Partes relacionadas		4.780		4.780
Outros passivos		443		443
		<u>40.857</u>		<u>40.857</u>

5 Informação por segmento

A empresa opera somente um segmento de negócio, sendo este a transmissão de energia. A empresa está inserida no setor elétrico, fazendo parte da interligação Sul-Sudeste do Sistema Interligado Nacional (SIN), onde presta o serviço de transmissão de energia elétrica para concessionárias e permissionárias, sendo que seus principais clientes estão citados na nota 8. Sua linha de transmissão está localizada no Estado do Paraná, e liga Ivaiporã a Londrina.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Caixa e bancos	12	1
Banco Votorantim-Vintage (a)	2.723	4.263
	<u>2.735</u>	<u>4.264</u>

(a) Banco Votorantim S.A. - Vintage

O saldo de fundo de investimento em cotas de fundo de investimento de renda fixa, que busca a rentabilidade acima do CDI. A aplicação apresenta liquidez imediata e renda variável.

7 Fundos vinculados

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Banco Citibank S.A. - Vinculada	2.858	3.074
	<u>2.858</u>	<u>3.074</u>

Refere-se à aplicação financeira no fundo de investimento BNP Paribas no Banco Citibank S.A., corrigida por CDI, vinculada ao financiamento com o BRDE, como parte da garantia concedida à instituição financeira (Nota 11). As movimentações nessa aplicação requerem aprovação prévia do BRDE.

8 Contas a receber - Concessionárias e permissionárias

	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Vencidos a vencer	Vencidos entre 91 e mais de 360 dias	Total	Total
Chef - Cia Hidrelétrica do São Francisco	252		252	215
Eletropaulo Metropolitana				
Eletr. de SP	136		136	194
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	186		186	154
Cernig Distribuição S.A.	100		100	142
Furnas Centrais Elétricas S.A.	129		129	98
Light Serviços de Eletricidade S.A.	66		66	96
Copel - Cia Paranaense de Energia	69		69	98
Outros	1.444	29	1.473	1.661
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(150)	(150)	(150)
	<u>2.153</u>	<u>29</u>	<u>2.461</u>	<u>2.508</u>

Contas a receber de concessionárias e permissionárias são garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com a análise dos consumidores que possuem faturas vencidas há mais de 360 dias.

9 Outros ativos circulantes

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Despesas pagas antecipadamente	34	31
Outros créditos	102	128
	<u>136</u>	<u>159</u>

10 Ativo financeiro - concessão

A Companhia possui um contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 002/2005 - Aneel, datado de 4 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), no qual foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos.

Em 31 de dezembro de 2013, a empresa possui R\$ 22.528 como contas a receber do poder concedente, referentes ao montante indenizável ao final da concessão (R\$ 22.525 em 31 de dezembro de 2012), conforme divulgado na nota 4. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial. Como este valor será indenizável apenas em 2035, o montante está registrado no ativo não circulante.

A Companhia possui também o ativo financeiro amortizável pela RAP (Receita Anual Permitida), que é atualizado pela receita financeira, e amortizado pela receita definida pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), dos usuários do sistema, descontada da receita de operação e manutenção. Este montante está segregado entre ativo circulante e ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo do circulante é R\$ 2.983 e, não circulante, R\$ 60.403 (em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 2.996 no circulante e R\$ 63.655 no não circulante).

Abaixo é apresentada a movimentação do ativo financeiro nos períodos em questão:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Saldo Inicial do ativo financeiro	89.176	91.712
(+) Receita de construção		2
(+) Receita financeira	15.034	16.478
(+) Receita O&M	4.440	3.921
(-) Amortização, recebimentos, baixas e transferências	(22.736)	(22.937)
Saldo do ativo financeiro	<u>85.914</u>	<u>89.176</u>

A Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012, que trata da renovação das concessões do setor elétrico, não tem impactos sobre a Companhia, pois sua única concessão vence em 2035.

11 Empréstimos e financiamentos

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Moeda nacional		
Encargos de dívida	427	529
BRDE - TJLP	23.995	28.646
Moeda estrangeira		
Encargos de dívida (a)	73	70
BRDE - Cesta de moedas (a)	6.055	6.376
	<u>30.550</u>	<u>35.621</u>
Passivo circulante	<u>6.224</u>	<u>6.057</u>
Passivo não circulante	<u>24.326</u>	<u>29.564</u>

A mutação do financiamento ocorreu da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Circulante		
Saldo final do exercício anterior	6.057	6.181
Variação cambial e monetária, líquido	135	85
Encargos	2.897	3.673
Transferências do não circulante	5.857	5.478
Amortizações	(8	